

Superior Tribunal de Justiça

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.355 - SP (2019/0298601-5)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
REQUERENTE : **GUERREIRO INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **ROBERTO CARLOS KEPPLER - SP068931**
 SIMONE ZAIZE DE OLIVEIRA - SP132830
 MARCO AURÉLIO VERÍSSIMO - SP279144
 EDUARDO LUIZ KAWAKAMI E OUTRO(S) - SP264703
 NATHALIA COUTO SILVA - SP401001
REQUERIDO : **BANCO VOTORANTIM S.A.**
ADVOGADOS : **PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS - SP023134**
 DANIEL DE SOUZA - SP150587
 DENISE LEONARDI DOS REIS - SP266766
 LUCIANA SCARMATO JORGE - SP182002

EMENTA

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRAZO PARA PAGAMENTO DAS VERBAS TRABALHISTAS. ART. 54 DA LRF. TERMO INICIAL. DATA DA DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO DO PLANO RECUPERACIONAL. ALTERAÇÃO, DE OFÍCIO, PELO TRIBUNAL "A QUO", FIXANDO O CÔMPUTO A PARTIR DO TÉRMINO DO "STAY PERIOD" E CONCEDENDO PRAZO ADICIONAL DE 60 DIAS, SOB PENA DE CONVOLAÇÃO EM FALÊNCIA. "FUMUS BONI IURIS" E "PERICULUM IN MORA" EVIDENCIADOS. PEDIDO DEFERIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de pedido de tutela provisória formulado por GUERREIRO INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL com o objetivo de ver agregado efeito suspensivo ao seu recurso especial aviado em face do acórdão da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que julgou o Agravo de Instrumento nº 2023754-73.2019.8.26.0000.

Referido agravo fora manejado pelo Banco Votorantin em face da decisão que homologou o plano de recuperação da requerente.

Superior Tribunal de Justiça

Sustentou-se que o acórdão, de ofício, sem abertura de prazo para o contraditório e ampla defesa, reconheceu que o prazo de um ano para pagamento das verbas trabalhistas ter-se-ia iniciado com o final do prazo de suspensão do *stay period*, e não da decisão de homologação que concedera a recuperação judicial, determinando, assim, o pagamento da íntegra das verbas trabalhistas em prazo de 60 dias, sob pena de convolação da recuperação em falência.

Disse que os 60 dias concedidos para pagamento de toda a classe trabalhista, em substituição ao prazo anual previsto na lei e aprovado pelos credores, expiraria no dia 31 de agosto de 2019, extraíndo-se daí o risco de grave e irreparável lesão, não apenas à própria empresa, mas aos credores e coletividade, o que ensejou o pedido de tutela provisória apresentado anteriormente a esta Corte (TP 2312/SP).

Disse, por fim, ter-se inaugurado a competência do STJ para a análise do pedido com o superveniente juízo positivo de admissibilidade do recurso especial na origem, postulando o deferimento.

É o relatório.

Passo a decidir.

O pedido de tutela provisória de urgência merece deferimento.

Devolve-se, essencialmente, no recurso especial, a questão em torno do termo inicial da contagem do prazo anual previsto no art. 54 da Lei n.º 11.101/05, para cumprimento da integralidade das verbas trabalhistas, ou seja, (i) da concessão da recuperação judicial (publicação do plano de recuperação homologado) ou (ii) do final do prazo de suspensão do *stay period* (180 dias do despacho que defere o processamento da recuperação judicial).

Este o teor do referido dispositivo legal:

Art. 54. *O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 1 (um) ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.*

Superior Tribunal de Justiça

In casu, o plano recuperacional previu o pagamento dos créditos trabalhistas no último dia útil do primeiro ano a contar da data da publicação da decisão de homologação da Recuperação Judicial.

A Câmara julgadora, por sua vez, inobstante a ausência de impugnação do ora requerido, computou o prazo a partir do término do *stay period* e, tendo reconhecido o seu escoamento, fixou, **de ofício**, o prazo adicional de 60 dias, contados da publicação do acórdão, para pagamento integral do crédito trabalhista habilitado nos autos, sob pena de convolação em falência.

Confira-se, a propósito, excerto do acórdão recorrido:

Embora não exista impugnação do agravante quanto ao pagamento dos credores trabalhistas, a questão deve ser examinada de ofício em razão do controle de legalidade aqui exercido.

Dispõe o artigo 54 da Lei 11.101/2005 que “o plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 1 (um) ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.”

Conforme se depreende do referido artigo, há uma limitação imposta pelo ordenamento jurídico ao conteúdo do plano, de modo que, para os créditos vencidos até a data do pedido de recuperação judicial, derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho, não poderá ser apresentada proposta de pagamento que exceda o prazo de um ano.

O entendimento até então adotado era no sentido de que, considerado o caráter protetivo do artigo 54 da Lei 11.101/2005 e diante da primazia de tratamento conferida pela Lei nº 11.101/2005 aos trabalhadores, o cômputo do prazo previsto no referido artigo deveria correr a partir do ajuizamento da ação .

Contudo, nos termos do enunciado I, aprovado pelo Grupo de Câmaras de Direito Empresarial deste Tribunal, “o prazo de um ano para o pagamento de credores trabalhistas e de acidentes de trabalho, de que trata o artigo 54, caput, da Lei 11.101/2005, conta-se da homologação do plano de recuperação judicial ou do término do prazo de suspensão de que trata o artigo 6º, parágrafo 4º, da Lei 11,101/2005, independentemente de prorrogação, o que ocorrer primeiro” (os destaques não são do original).

Superior Tribunal de Justiça

In casu, o prazo deve ser computado a partir do término do stay period (artigo 6º, §4º, da Lei nº 11.101/2005), uma vez que ele escoou antes da homologação do plano, considerado que o termo inicial do referido prazo começou em 18.12.2015 (fls. 406/408 dos autos originários).

E, conforme se verifica da cláusula 3.1.1, item 1, do plano impugnado, o plano prevê o “pagamento de 100,00% dos créditos relacionados na Classe I Trabalhista, no último dia útil do primeiro ano a conta da data da publicação da decisão de homologação da Recuperação Judicial”, contrariando o quanto aqui disposto.

Assim, já tendo decorrido o prazo para pagamento nos termos dos entendimentos pretérito e atual, a recuperanda deverá, no prazo de 60 dias contados da publicação desta decisão, realizar o pagamento integral do crédito trabalhista habilitado nos autos, sob pena de convalidação em falência.

A matéria é objeto de divergência jurisprudencial e doutrinária, conforme demonstrado nas razões do recurso especial, não tendo recebido enfrentamento definitivo nesta Corte até o momento.

A linha argumentativa desenvolvida pela requerente demonstra considerável grau de plausibilidade, sobretudo porque a Segunda Seção do STJ já decidiu que é possível a prorrogação do prazo do período de suspensão de 180 dias de que trata o art 6º, §4º, da LREF, em observância aos princípios da razoabilidade e da preservação da empresa (**AgInt no CC 159480/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 30/09/2019**).

Prudente, assim, por ora, a suspensão dos efeitos do acórdão recorrido, para que esta questão seja mais bem analisada por ocasião do julgamento do recurso especial, quando se analisará, também, a alegação de que o acórdão fora proferido além dos limites da impugnação, sem oportunizar à parte, ademais, o exercício da garantia do contraditório e da ampla defesa.

Também nesse sentido foram as conclusões do e. Ministro Luis Felipe Salomão na decisão que recentemente proferiu nos autos da TP n.º 2087/SP, deferindo o pedido de atribuição de efeito suspensivo a recurso especial

Superior Tribunal de Justiça

interposto por empresa em recuperação judicial contra acórdão do TJSP que também fez aplicar, de ofício, o prazo do art. 54, da LREF, a partir do término do *stay period*, para pagamento dos credores trabalhistas (decisão publicada em 28/06/2019).

Por outro lado, à vista da demonstração do requisito do "*fumus boni iuris*" e considerando o término do prazo estabelecido, de ofício, pela Câmara julgadora para pagamento integral dos créditos trabalhistas, sob pena de convalidação em falência, tenho por atendido também o requisito do *periculum in mora* a autorizar a concessão do almejado efeito suspensivo.

Ante o exposto, defiro o pedido de agregação de efeito suspensivo ao recurso especial, sustando até o seu julgamento definitivo a ordem de pagamento integral do crédito trabalhista no prazo de 60 dias, contados da publicação do acórdão recorrido, restabelecendo, por ora, a decisão que homologou o plano recuperacional, para que o pagamento a estes credores seja realizado da forma aprovada.

Comunique-se.

Intimem-se, inclusive o Administrador Judicial, para ciência desta decisão.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator